

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**DATA E HORA:** Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2001, às 10 horas. **LOCAL:** Sede social, na Rua da Consolação, 1875, 14º andar, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado nos dias 1, 2, 3 e 5 de março de 2001, nos jornais Diário Oficial do Estado e Gazeta Mercantil. **PRESENÇA:** Acionistas representando o “quorum legal”, consoante assinaturas constantes no Livro de Presença dos Acionistas; Ilberto Rodrigues dos Santos, representando o Conselho Fiscal; Julio Cesar Lamounier Lapa, Diretor-Financeiro e de Relações com Investidores. MESA: Presidente – Sílvio Aleixo. Secretária - Lígia Ourives da Cruz Ferreira. **ORDEM DO DIA:** *a) Autorização para emissão pública de debêntures simples no valor de R\$ 230 milhões; b) Autorização para a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores tomar as providências necessárias, internas e externas, visando a emissão pública de debêntures simples no valor de R\$ 230 milhões; c) Outros assuntos de interesse social.* **ESCLARECIMENTOS:** a) As matérias foram devidamente apreciadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, através do Parecer nº 006/2001, de 13/03/2001; b) A ata foi lavrada na forma de sumário, de acordo com o que faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **DELIBERAÇÕES:** *a) Autorização para emissão pública de debêntures simples no valor de R\$ 230 milhões.* A matéria contou com pareceres favoráveis da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal da CESP. Propõe-se a emissão pública de debêntures simples, com as seguintes características: **Valor de Emissão:** R\$ 230.000.000,00; **Data de Emissão:** 01/04/2001; **Séries:** 18 (dezoito) séries; **Quantidade:** 23.000 debêntures, sendo 14 séries de 1.278 títulos e 4 séries de 1.277 títulos; **Valor Unitário:** R\$ 10.000,00; **Prazo (vencimento):** 48 (quarenta e oito) meses, contados da emissão; **Carência:** 30 (trinta) meses, contados da emissão; **Forma de Colocação e Integralização:** Emissão pública, com intermediação de instituição financeira, para distribuição no mercado de balcão, utilizando-se o procedimento diferenciado, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. Integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. A colocação das debêntures será através de leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, não se admitindo deságio no leilão; **Vencimento de cada série:** Mensal e consecutivo a partir do término da carência; **Forma de Pagamento:** Mensal, sucessiva e consecutiva; **Espécie:** Subordinada; **Tipo e Forma:** Simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais e registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; **Remuneração:** CDI + 2% a.a.; base 252 dias; Demais condições constarão obrigatoriamente da Escritura. **Custos:** Serão de responsabilidade da CESP todos os custos referentes à emissão, tais como: Publicação de Avisos, Atas, Anúncios, Registros na CVM e na BOVESPA, Junta Comercial, Prospectos, Cartório, CETIP, Assessoria Jurídica, Quantity Surveyor, Trustee, Banco Mandatário e Agente Fiduciário. Colocada a matéria em votação e após o registro da abstenção de voto do representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas e do acionista Manoel Viegas Neto, por entenderem que a presente emissão, embora necessária para a conclusão da obra de Porto Primavera, faz parte do processo de privatização da CESP, resultou **aprovada** pela unanimidade dos demais acionistas presentes; *b) Autorização para a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores tomar as providências necessárias, internas e externas, visando a emissão pública de debêntures simples no valor de R\$ 230 milhões.* Colocada a matéria em votação e após o registro da abstenção de voto do representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas e do acionista Manoel Viegas Neto, resultou **aprovada** pela unanimidade dos demais acionistas presentes; *c) Outros assuntos de interesse social.* Franqueada a palavra ao plenário, o representante da acionista Fazenda do Estado de São Paulo recomendou, nos termos do Parecer CODEC nº 006/2001, que não fossem deliberadas matérias de ordem econômico-financeiras, cabendo à Administração da Empresa a observância da legislação em vigor, e em especial, dos Decretos Estaduais nºs 33.612 de 08/08/1991 e 45.643, de 26/01/2001. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente considerou encerrados os trabalhos da Assembléia Geral Extraordinária, determinando fosse lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pela mesa e pelos acionistas presentes, que constituem a maioria necessária às deliberações tomadas: Sílvio Aleixo, Presidente da Mesa; Lígia Ourives da Cruz Ferreira, Secretária; Francisco Geraldo Salgado Cesar, pela Fazenda do Estado de São Paulo; Adriana Paes de Barros Geraldi, pelo Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA; Paulo Roberto Penachio, pelo Banco Nossa Caixa S.A.; Carlos Dayer Miranda, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE; Wilson Marques de Almeida, pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas; Manoel Viegas Neto; Sérgio Feijão Filho; Adão de Azevedo Chagas, pela AEC - Associação dos Empregados da CESP e Fundação CESP; Ilberto Rodrigues dos Santos, pelo Conselho Fiscal. São Paulo, 16 de março de 2001. Sílvio Aleixo - Presidente da Mesa; Lígia Ourives da Cruz Ferreira – Secretária.